

Intervenção do Sr. Juiz de Circulo Joel Timóteo Ramos Pereira

Julgado de Paz de V.N.Gaia

3.º Aniversário

Joel Timóteo Ramos Pereira

JUIZ DE CÍRCULO
Tribunal do Círculo Judicial de S.M.Feira

Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia
Pedroso, 28 de Fevereiro de 2005

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia
Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz
Exma. Senhora Juiz de Paz Coordenadora do Julgado de Paz de V.N.Gaia
Exmo. Senhor Governador Civil do Porto
Exma. Senhora Directora de Serviços da Direcção Geral Administração
Extrajudicial do Ministério da Justiça
Exmos Senhores Juizes de Paz
Exmos. Senhores Mediadores e Funcionários do Julgado de Paz de V.N. Gaia
Exmos. Senhores Agentes das forças de segurança;
Ilustres e Dignos Juristas presentes,
Minhas Senhoras e Meus Senhores

I.

Introdução

Teve a Comissão Organizadora da celebração do 3.º aniversário do Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia a elevada consideração, de me dar a honra de ser convidado para a presente sessão, que muito me apraz, aproveitando este ensejo para publicamente deixar uma palavra de saudação e de agradecimento pelo privilegiado convite que me foi formulado para dirigir algumas singelas palavras a propósito dos Julgados de Paz.

As minhas palavras têm todavia que ser entendidas como próprias de alguém que vê os Julgados de Paz *de fora* mas com grande interesse sobre o que se passa *aqui dentro*. Desde o seu início que tenho procurado estar atento a tudo o que os Julgados de Paz representam e sobre o seu elevado relevo na pacificação da litigiosidade social.

Infelizmente, uma parte da comunidade jurídica portuguesa ainda vê este fenómeno com alguma desconfiança. Alguns pensam que os Julgados de Paz lhe retirarão alguns constituintes e respectiva fonte de receita. Para outros, os Julgados de Paz correspondem a uma menorização da justiça.

Mas, com o devido respeito, os que ainda assim pensam estão equivocados. Os Julgados de Paz não existem para fazer concorrência aos Tribunais Judiciais ou Administrativos nem para retirar aos advogados e solicitadores o necessário e importante exercício da consultoria e patrocínio jurídicos. Estes últimos não estão afastados da estrutura dos Julgados de Paz (antes expressamente previstos) e devem constituir uma primeira plataforma de resolução e esclarecimento de potenciais litígios, evitando o recurso quer aos Tribunais Judiciais, quer aos Julgados de Paz, que só devem intervir quando exista um significativo grau de litigiosidade.

II.

Caracterização

1. Os cidadãos não informados e, curiosamente alguns profissionais da justiça, ainda não têm a verdadeira noção do que são os Julgados de Paz e o que os mesmos representam em termos de mais-valia para a pacificação social.

2. Com efeito, Os Julgados de Paz foram integrados, através da Revisão Constitucional de 1997, nos termos do art.º 209.º, n.º 2 da Constituição, na categoria dos Tribunais "lato sensu", ainda que diferentes, designadamente, dos Judiciais e dos Administrativos e Fiscais e ao lado dos Tribunais marítimos e Arbitrais. Por conseguinte, são um **órgão de soberania** (art.º 110.º, n.º 1 CRP), independente (art.º 203.º CRP), com competência para administrar a justiça em nome do povo (art.º 202.º CRP), sendo as suas decisões obrigatórias para todas as entidades públicas e privadas, prevalecendo sobre as de quaisquer outras autoridades (art.º 205.º, n.º 2 da CRP).

3. Na instalação dos julgados de paz e na dotação dos meios humanos e técnicos há uma repartição entre o Ministério da Justiça e as Autarquias Locais.

— *Os Julgados de Paz não pertencem nem estão subordinados ao Ministério da Justiça* — razão por que se impõe uma clara distinção entre o MJ e os JP, sob pena de estar em causa a sua independência relativamente a outro órgão de soberania

— *Os Julgados de Paz não são Tribunais Municipais*. Embora seja no interesse das Autarquias a existência de Julgados de Paz (são uma forma de pacificação da comunidade local, os funcionários dos serviços de atendimento e apoio administrativa e a logística é facultada pelos Municípios), podendo inclusive ser gerador de uma nova dinâmica local (não podem ficar esquecidas as pequenas comarcas, mas onde a pequena litigiosidade é elevada) os Julgados de Paz mantêm a sua autonomia, não tendo qualquer competência em sede de direito administrativo, podendo inclusive julgar causas em que o Município intervenha como parte.

4. Disto resulta que *os Julgados de Paz não constituem “estruturas menores”*. Os Julgados de Paz surgiram como uma tentativa de desformalizar o processo e de acelerar a prolação de decisão nos processos cujo valor seja inferior à alçada do Tribunal Judicial de Primeira Instância e nos quais não seja deduzido qualquer incidente. O seu objecto e princípio fundamental consiste em permitir a participação cívica dos interessados e estimular a justa composição dos litígios por acordo das partes.

Os julgados de paz são **estruturas de mediação e conciliação**, em alternativa aos Tribunais comuns, mas cujas decisões, à semelhança das decisões dos tribunais arbitrais, **têm a mesma força legal** dos Tribunais de 1.ª Instância. Acresce que os Julgados de Paz não constituem apenas meios alternativos de resolução de litígios, na medida em que lhes está atribuída **competência (semi-) exclusiva**, verificando-se

certos pressupostos de competência. Na verdade, a competência dos julgados de paz em razão da matéria está plasmada no art.º 9.º da LJP e atento o disposto no art.º 211.º da Constituição e no art.º 66.º do CPC, a competência dos julgados de paz nessas matérias é *semi-exclusiva*, na justa medida em que a *exclusividade é condicional*:

— A competência dos julgados de paz nas matérias estatuídas no art.º 9.º da LJP, cujo valor não exceda a alçada do Tribunal de Primeira Instância é *exclusiva aquando da instauração da acção*, sendo obrigatória a interposição da providência nos julgados de paz, não tendo a parte a faculdade de escolher entre a instauração no julgado de paz e no Tribunal Judicial, na medida em que a competência deste é apenas quando a competência não pertença a outra ordem de jurisdição;

— Se porventura uma acção das referidas no art.º 9.º da LJP for instaurada no Tribunal Judicial de Primeira Instância, ocorre violação do disposto no art.º 211.º da Constituição e no art.º 66.º do CPC, o que gera incompetência absoluta do Tribunal (art.º 101.º CPC).

— Ainda que a competência *seja exclusiva, de início, deixa de o ser* a partir do momento em que seja alterado o valor da causa para valor superior à alçada do Tribunal Judicial de Primeira Instância, ou seja suscitado um incidente da instância (art.º 41.º LJP) que implique a remessa do processo ao Tribunal Judicial.

III. Reflexão

1. O regime dos julgados de paz em Portugal está instalado há cerca de três anos. É, pois, ainda uma criança de três anos, que já sabe caminhar (isto é, domina a sua tramitação e funcionamento), já compreende e faz-se compreender (recebendo o feed-back da comunidade local sobre a qual tem competência de resolução de litígios), mas que ainda não tem uma articulação linguística própria e as frases que profere não são elaboradas, precisamente porque passou de um projecto experimental (no qual este Julgado participou *ab initio*) para uma radicação – espera-se que definitiva – mas as normas com que se rege ainda não estão totalmente definidas ou padecem de vícios que os hábeis das leis sabem contornar, defraudando o espírito que está na base da sua existência e do seu funcionamento.

2. Dos elementos estatísticos existentes sobre o acesso dos cidadãos aos Julgados de Paz, do tempo médio de resolução dos litígios e da forma como foram resolvidos (maioritariamente na fase da mediação), é possível concluir que os munícipes dos concelhos e freguesias onde os Julgados de Paz foram instalados, e *maxime*, em Vila Nova de Gaia, beneficiaram da sua existência, embora o benefício pudesse ter sido maior se o âmbito das suas competências fosse mais alargado, assim como se a divulgação dessas competências e da sua natureza.

3. A frase não é da minha autoria, mas é bem verdade que “*os julgados de paz são o correio azul da justiça*”. Sobretudo em virtude da simplicidade da tramitação e da intervenção do serviço de mediação que permite a obtenção de um número elevado de transacções. Todavia, é importante reconhecê-lo, tal sucede pela *pendência controlável e aceitável* dos processos que são tramitados nos Julgados de Paz.

4. Se num Tribunal Judicial ou num Juízo Cível houvesse a entrada de apenas 400 acções por ano, apesar da maior complexidade de tramitação, da panóplia de incidentes que podem ser deduzidos, não haveria especial dificuldade em controlar a pendência e manter uma justiça célere nos Tribunais Judiciais. Aliás, todos os estudos têm concluído que o número funcional e razoavelmente aceitável da pendência judicial deve corresponder a 700 processos por Juiz, todavia a pendência média é de mais de 2000 processos por Juiz o que, associado a uma tramitação que não privilegia a conciliação nem facilita a celeridade e que assenta num garantismo milimétrico, desde as simples irregularidades até ao recurso para o Tribunal Constitucional, *é tarefa impossível, digo mais, visionária, pretender diminuir o tempo médio da pendência dos processos judiciais enquanto todo o processo for pautado pelo mesmo sistema burocrático*.

5. Ora, *os Julgados de Paz têm beneficiado, além de uma tramitação simplificada* (embora não imune à aplicação subsidiária do processo civil) *e da valorização das estruturas de mediação e conciliação*, do facto de terem iniciado com *pendência zero* e o número das acções neles instauradas não ser comparável com o número das que são instauradas nos Tribunais Judiciais. Todavia, com a clarificação das suas competências, com a divulgação e aceitação que reconhecidamente vem em crescendo, é provável que o número dos processos e da pendência nos Julgados de Paz venha a aumentar. *É assim necessário reforçar o quadro de funcionários, mediadores e de juízes de paz antes que esse número passe a ser incontrolável, pois a partir desse momento, é um passo para que se torne incontornável e padeça dos mesmos problemas da estrutura judicial*.

IV.

O Horizonte Futuro em Perspectiva

1. *É necessário precisar o âmbito das competências do Julgados de Paz.*

— Importa clarificar a redacção do art.º 9.º da Lei 78/2001. Embora a natureza exclusiva (e não optativa) de competência dos Julgados de Paz nas matérias aí elencadas, resulte da conjugação de outros dispositivos legais e funcionais, a insuficiente explicitação legal deste pormenor e a inexistência de despacho liminar na generalidade de processos dos Tribunais Judiciais concorrem para a possibilidade de serem propostas acções, em Tribunais Judiciais, que competiriam aos Julgados de Paz. A introdução dos vocábulos de “competência exclusiva” permite obviar a diferentes interpretações e à obrigatoriedade da instauração das acções nos Julgados de Paz pois para esse fim serão criados e instalados.

— Ao aumento das competências territoriais, poderá e deverá acrescer um paulatino *alargamento de competências em razão do objecto, do valor e matéria*, mediante a revisão dos artigos 6.º, 8.º, e 9.º da Lei 78/2001, de 13.07. Há necessidade de introdução de alterações legislativas, designadamente nas leis do processo e de organização judiciária que simplifiquem a tramitação e facilitem uma maior celeridade judicial. Entre as propostas já apresentadas, inclui-se o imediato e substancial aumento das alçadas. Porém, enquanto tal não sucede, entendemos que o valor limite para a decisão pelo Juiz de Paz *com base na equidade* é bastante redutor, pelo que deve ser ponderado, quanto à competência em razão do valor dos Julgados de Paz e para a decisão por equidade o aumento para o dobro dos valores actualmente em vigor.

2. É necessário reflectir sobre a execução das decisões dos Julgados de Paz. Parece-nos justificado que os Julgados de Paz venham a ter competência executiva das suas decisões. Apesar de actualmente o novo regime da acção executiva ter reduzido a intervenção dos meios dos Tribunais Judiciais, o certo é que a execução de decisões dos Julgados de Paz continua a ser tramitada nos Tribunais Judiciais, não havendo qualquer razão plausível, perante o sucesso da experiência dos Julgados de Paz, que o mesmo litígio seja objecto de decisão numa categoria de Tribunais e essa decisão executada noutra categoria de Tribunais.

3. Do mesmo modo, quanto às decisões cautelares. Não faz sentido que uma parte careça de recorrer aos Tribunais Judiciais para a instauração de procedimentos cautelares (nas causas de matérias e valor abrangidas pela competência dos Julgados de Paz), quando a acção principal deva ser (posteriormente) deduzida nos Julgados de Paz. Se estes são competentes para a acção definitiva também o deveriam ser para a decisão provisória, já que são Tribunais que exercem a administração da justiça em nome do Povo.

4. Deveria ser prevista a *admissibilidade de dedução de reconvenção* se a eventual matéria (e valor) estiver incluída na competência dos Julgados de Paz. Se o desiderato dos Julgados de Paz é resolver o litígio entre as partes, não deve subsistir quaisquer questões que sejam um entrave ou criem limitações à obtenção de um acordo, antes deve permitir-se que a decisão seja o mais ampla possível, designadamente nas matérias conexas, passíveis de dedução de reconvenção.

5. É injustificável a manobra utilizada por uma parte para a remessa do processo ao Tribunal Judicial, apenas porque requer a realização de perícia. Com efeito, no actual estágio da disposição legal, a simples formulação de requerimento para realização de perícia, implica a *remessa automática* do processo para o Tribunal Judicial de Primeira Instância (art.º 59.º, n.º 3 da LJP), independentemente se a realização da perícia requerida é admissível, pertinente ou conveniente, assim como independentemente da apreciação pelo Juiz de Paz do objecto da perícia requerida. Sendo o processo remetido ao Tribunal Judicial de Primeira Instância, ainda que o Juiz de Direito indefira a realização da perícia, o processo continua a ser

tramitado no Tribunal Judicial, assim deturpando o princípio da sujeição desse processo ao Julgado de Paz. Deveria, assim, ser alterado o referido preceito, apenas sendo admissível a remessa do processo ao Tribunal Judicial de Primeira Instância se a perícia for admitida pelo Juiz de Paz, mediante o controlo dos seus pressupostos de realização, mediante despacho passível de recurso pela parte contrária, de forma a evitar-se a prática de expedientes meramente dilatórios.

6. Maior valorização das estruturas de mediação. A mediação é uma das formas por excelência de resolução extrajudicial dos conflitos, sendo esta a grande virtude dos Julgados de Paz, ou seja, a introdução de uma fase de resolução extrajudicial *enquadrada na própria tramitação do processo* — apesar de não ser vinculativa (as partes podem não aceitá-la, excluí-la à partida e desistir durante a sua realização, constitui uma das formas de predisposição das partes para a obtenção de um acordo). O grande sucesso desta estrutura é relevante na medida em que nos termos do art.º 16.º, n.º 3 da LJP, quer nos termos do art.º 13.º do Regulamento dos Serviços de Mediação dos Julgados de Paz (Portaria n.º 436/2002), *estes podem ser chamados a intervir em litígios excluídos da competência jurisdicional dos Julgados de Paz*, com excepção dos que tenham por objecto direitos indisponíveis. Isto significa que num *processo judicial* pode o litígio, por vontade das partes, ser submetido aos Serviços de Mediação. Todavia, *nos processos judiciais, não existe actualmente qualquer incentivo à submissão das partes a uma fase de mediação*. Nos processos judiciais, o único benefício que existe é a possibilidade dos mandatários *transigirem* nas custas de parte e procuradoria. Sabendo ainda que, havendo transacção, *é devido o pagamento de imposto de selo*, de acordo com a Tabela Geral do Imposto de Selo — que embora muitas vezes não seja pago, a secção comunica tal facto à Administração Fiscal. *Ou seja, não existe qualquer incentivo à obtenção de um acordo — o que deveria ser objecto de revisão, por uma questão de unidade do sistema jurídico*.

7. Finalmente, urge repensar o estatuto do Juiz de Paz. Os juízes de paz não têm o estatuto dos Juízes de Direito. Estes, são titulares de um órgão de soberania e têm estatuto próprio. Aqueles, são equiparados a técnicos superiores da administração pública, ou seja, funcionários públicos qualificados aos quais se aplicam os direitos e deveres do funcionalismo público.

Não há sociedade democrática sem poder judicial: este é o garante de um efectivo controlo da constitucionalidade das leis, como da legalidade dos actos da administração, constituindo mesmo a base da indispensável separação dos poderes no Estado de direito, sabendo que o controlo jurisdicional é a única verdadeira garantia dessa essencial separação, cabendo-lhe igualmente assegurar a defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos.

Apesar da bondade das intenções, a figura dos julgados de paz, da forma como se encontra plasmada na LJP, introduz a funcionalização do juiz de paz, subjugando-se, por conseguinte esse “poder judicial” (embora não o seja, de facto, por não fazer parte da orgânica dos Tribunais Judiciais). Trata-se, a nosso ver, da implementação de uma *democracia política*, em que o poder político *pode ser tentado* limitar a

independência dos Tribunais na medida do interesse das classes que o suportam e às quais tem de prestar contas.

V.

In Fine

O tempo concedido e a especial natureza da presente cerimónia não permitem nem aconselham a que prolongue esta intervenção por outras áreas, designadamente sobre a virtualidade do exercício mitigado da acção penal pelos Julgados de Paz ou a implementação nestes da novel Justiça Restaurativa.

Resta-me reiterar o agradecimento pelo honroso convite e pela nobre oportunidade que me foi concedida, assim como pela atenção e paciência dos Ilustres presentes.

Uma longa vida ao Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia !

Joel Timóteo Ramos Pereira

Juiz de Círculo